

RESOLUÇÃO CEPE/CA n° 018/2022

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Londrina.

CONSIDERANDO a Lei n° 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Resolução CEPE n° 004/2009, que regulamenta o acesso e a permanência, nos cursos de graduação, de estudantes indígenas contemplados com reserva de vagas, no âmbito da Universidade Estadual de Londrina;

CONSIDERANDO a Resolução CEPE/CA n° 133/2013 que criou o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para os estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina;

CONSIDERANDO a Deliberação Câmara de Graduação n° 33/2014 que estabeleceu adequações curriculares ao Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para os estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina;

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Geral da UEL;


CONSIDERANDO os pronunciamentos contidos no processo n° 10077, de 22/11/2021;

OS CONSELHOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E DE ADMINISTRAÇÃO aprovaram e eu, Vice-Reitor, no exercício do cargo de Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Londrina, anexo (fls. 1 a 31).

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir do ano letivo de 2022, revogadas as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 06 de abril de 2022.



Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa
Reitor em exercício

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
CICLO INTERCULTURAL DE INICIAÇÃO ACADÊMICA
DE ESTUDANTES INDÍGENAS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO


DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Item
n.º 01ª

CURSO INTERCULTURAL DE INICIAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES INDÍGENAS

Nº VAGAS: 06

TURNO DE OFERTA: Matutino Vespertino Noturno Integral



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Item
n.º 01b

Informar os nomes dos responsáveis pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Comissão Universidade para os Índios – CUIA/UEL

Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD/UEL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA REVISÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

Item
n.º 02

A presente proposta pauta-se na experiência implementada e desenvolvida do curso Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde o ano de 2014. Tal experiência, inédita e pioneira no estado do Paraná, no Brasil e na América Latina, foi aprovada e implantada pela UEL por meio da Resolução CEPE/CA n. 133/2013, sendo posteriormente revisitada e adequada do ponto de vista curricular por meio da Deliberação da Câmara de Graduação n. 033/2014.

Nesse sentido, em funcionamento de modo experimental desde o ano de 2014, o Ciclo Intercultural possibilitou sete ofertas consecutivas de acesso a 42 estudantes indígenas classificados e aprovados pelas edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, no período de 2013 a 2020.

A proposta do Ciclo Intercultural tem como inspiração as experiências de ingresso e permanência de estudantes indígenas na Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde o ano de 2002, vinculada a uma política pública de educação superior indígena, coordenada pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), em conjunto com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Paraná. Essa política estadual, instituída pela Lei Estadual nº 13.134/2001 e pela Resolução Conjunta SETI/Universidades Estaduais do Paraná nº 35/2001, apresentou-se inédita no cenário nacional no tocante à oferta pública de educação superior aos povos indígenas, mantendo o seu pioneirismo quanto ao desenho institucional proposto e desenvolvido por meio de uma rede interinstitucional de ações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, envolvendo docentes, pesquisadores desta área, estudantes indígenas e não indígenas.

Componente desse desenho institucional, destaca-se a realização das edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, constituindo-se num processo seletivo específico e interinstitucional, e a criação, em 2005, em caráter permanente e interinstitucional, da Comissão Universidade para os Índios (CUIA), com a finalidade de acompanhar o acesso, a permanência e a conclusão dos estudantes indígenas nos cursos de graduação nas universidades estaduais paranaenses e na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Com a realização da primeira edição do Vestibular dos Povos Indígenas, no mês de janeiro de 2002, ocorre o ingresso dos três primeiros estudantes indígenas em cursos de graduação na UEL e em

cada uma das demais universidades estaduais paranaenses. Destaca-se que, nesse período, a UEL atravessava uma das maiores paralisações de seus servidores da história da instituição. Com o início do período letivo de 2002, a Pró-Reitoria de Graduação da UEL constitui um grupo de trabalho para assessorar o acompanhamento dos estudantes indígenas ingressantes. Este grupo propôs a implantação de uma ação institucional na forma de um programa complementar permanente, voltado ao apoio pedagógico dos estudantes indígenas, denominado Programa de Formação Intercultural, atuante desde o ano de 2003. A UEL foi a primeira IES pública do Paraná a implantar um programa voltado à viabilização da igualdade de condições de permanência dos estudantes indígenas pautado pela interculturalidade.

A partir de 2005, com a criação da CUIA em âmbito estadual, a UEL passa a integrar essa comissão estadual e transforma o grupo de trabalho constituído em 2002 em uma comissão institucional denominada por CUIA/UEL. A CUIA/UEL e o Programa de Formação Intercultural passaram a ser referências para os estudantes indígenas ingressantes nesta Universidade, apesar da intensa rotatividade dos docentes responsáveis por esses espaços, devido a diversos motivos, tais como: licença para capacitação, exoneração da Instituição, óbito, conflitos internos, mudanças na gestão da Universidade etc., não se estabelecendo uma ação sistêmica e permanente de acompanhamento dos estudantes indígenas (AMARAL, 2010; ALVES, 2016).

Destaca-se que no ano de 2009 é publicada a Resolução CEPE n. 004/2009 regulamentando o acesso e a permanência, nos cursos de graduação, de estudantes indígenas contemplados com a reserva de vagas no âmbito da UEL. Tal documento faz referência ao processo de seleção e de matrícula dos estudantes indígenas, do acompanhamento, do trancamento, cancelamento, transferência externa, reopção de curso e permuta, não fazendo referência, contudo, à constituição e funcionamento da CUIA/UEL.

No ano de 2011, passa a ser desenvolvida uma nova fase de reorganização da CUIA/UEL por meio da indicação de docentes vinculados a cursos de graduação nos quais haja estudantes indígenas matriculados. Foram definidas vagas nesta comissão para representação dos acadêmicos indígenas conforme percentuais de representação estudantil regulamentados pela instituição. Passa a ser constituída uma coordenação colegiada da CUIA/UEL, composta por três membros indicados coletivamente por seus pares, para viabilização das demandas e ações de acompanhamento dos estudantes indígenas.

No ano de 2012, é realizada pela CUIA/UEL a sistematização e análise dos dados de ingresso, evasão, transferência e integralização dos cursos de graduação pelos indígenas estudantes nesta universidade. Tal quadro indicou aspectos significativos que deveriam ser considerados para avaliação

da política de ingresso e permanência de indígenas na UEL.

Relação de estudantes indígenas ingressantes, formados, transferidos externamente e evadidos (2002 a 2012)

Ano	Ingressantes	Formados	Transf. Externa	Evadidos
2002	3	1	0	2
2003	3	2	0	1
2004	3	2	0	0
2005	3	0	0	1
2006	6	1	2	2
2007	6	0	0	5
2008	6	0	0	6
2009	6	0	0	5
2010	6	0	0	3
2011	6	0	0	2
2012	6	0	0	1
Total	54	6	2	28
				51,8%

A leitura dos dados sistematizados indicava uma significativa fragilidade na permanência dos estudantes indígenas tendo em vista os dados de evasão especialmente percebidos no período de 2007 a 2010. Somado a esse dado, revelava-se outra informação que indicava a recorrente retenção desses acadêmicos nas primeiras séries dos cursos de graduação, indicando um represamento nas séries iniciais que inviabilizava a continuidade de seu processo formativo, fragilizando ainda mais os vínculos com sua turma e com a própria graduação.

O referido quadro na UEL, nesse período, se apresentava semelhante, ou mesmo pior, em todas as demais universidades estaduais do estado. Em todas essas instituições havia ações para acompanhamento dos estudantes indígenas, no entanto, ainda insuficientes para o êxito pleno na formação dos educandos (AMARAL; SILVERIO, 2016).

No mês de março de 2012, a CUIA/UEL realizou sua primeira Oficina de Planejamento Estratégico envolvendo docentes e estudantes indígenas, com o objetivo de fazer um balanço das ações desenvolvidas pela UEL até aquele momento, além de identificar e debater os desafios que se apresentavam ao ingresso e à permanência dos estudantes indígenas na educação superior. Nessa oficina, foi identificado que um dos aspectos que limitavam a permanência desses sujeitos na universidade era a fragilidade dos conhecimentos que trazem da educação básica, dificultando o acompanhamento e o aprofundamento de conteúdos nas mais diferentes áreas, corroborando com o

que apontam as produções acadêmicas já elaboradas até esse período sobre essa questão (CAPELO; AMARAL, 2004; PAULINO, 2008; AMARAL, 2010). Mesmo que esse limite já se apresentasse para muitos estudantes não indígenas na UEL, para os estudantes indígenas ele se somava a outros aspectos desafiadores, tais como os preconceitos, a utilização da língua portuguesa como segunda língua para alguns acadêmicos, a distância geográfica da universidade às suas comunidades, a adaptação ao ambiente urbano, dentre outros.

Como um dos encaminhamentos dessa oficina e por meio de um trabalho interdisciplinar realizado, a CUIA/UEL iniciou a discussão e elaboração, em 2012, de um programa acadêmico complementar que servisse como uma ação afirmativa interna para amenizar as dificuldades encontradas pelos estudantes indígenas em permanecer e concluir o curso universitário. Várias propostas foram alvo de um longo debate e chegou-se ao desenho da proposição de um ciclo, que antecederesse o início da matrícula do estudante nas disciplinas específicas de cada um dos cursos regulares de graduação da universidade.

A proposta de um ciclo introdutório é apresentada pela CUIA/UEL à Pró-Reitoria de Graduação como projeto pedagógico de um Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica, visando a qualificação da formação acadêmica dos estudantes indígenas ingressantes na universidade na perspectiva do fortalecimento de sua presença e permanência na educação superior. A proposta foi também apresentada e debatida junto aos estudantes indígenas da UEL, bem como com todos os caciques e lideranças das Terras Indígenas localizadas na região norte do Paraná, em reuniões e oficinas com a finalidade de tornar legítimo o projeto.

Tramitada e debatida nos órgãos colegiados da universidade, a proposta do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UEL, por meio da Deliberação 033/2014, tendo início de suas atividades no ano de 2014, doravante e comumente denominado como Ciclo.

No período de 2014 a 2020, ingressaram 42 estudantes indígenas no Ciclo sendo 23 do sexo feminino e 19 do sexo masculino. Do total, 23 deles pertencentes ao povo Kaingang e 19 ao povo Guarani, de 10 Terras Indígenas diferentes, sendo: 10 da TI Apucarantina (município de Tamarana), nove da TI Barão de Antonina (município de S. Jerônimo da Serra), sete da TI Laranjinha (município de Santa Amélia), seis da TI São Jerônimo (município de S. Jerônimo da Serra), três do Tekohá Porã (município de Guaíra), dois da TI Pinhalzinho (município de Guapirama), dois da TI Rio das Cobras (município de Nova Laranjeiras), um da TI Posto Velho (município de Abatiá), um da TI Queimadas (município de Ortigueira) e um da TI Mangueirinha (município de Mangueirinha).

Destacamos que 25 estudantes (59,5%) pertencem às TIs de Apucarantina, Barão de Antonina e S. Jerônimo, territórios cujas distâncias geográficas equivalem a cerca de 70 km a 90 km da

universidade, sendo que as duas primeiras se localizam em áreas de difícil acesso, principalmente em períodos de intensa chuva. Tais estudantes se deslocam diariamente por meio de transporte contratado, enfrentando muitas dificuldades nesse deslocamento, vivenciando o ambiente acadêmico apenas no período noturno quando acontecem as aulas. Os demais 17 estudantes pertencem a TIs cujas distâncias geográficas de Londrina variam entre 130 a 400km, tendo que residir nesta cidade.

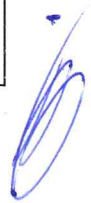
Dos 42 estudantes, 27 encontram-se atualmente matriculados na UEL, sendo que sete estão vinculados ao Ciclo por serem recém-ingressantes e 20 estão matriculados em 13 diferentes cursos de graduação. Do total de ingressantes, dois acadêmicas indígenas concluíram seus cursos, dois solicitaram transferência para outras IES estaduais, cinco desistiram da vaga após ingressar no curso de graduação (sendo que cinco destes ingressaram novamente em outras IES mais próximas de suas terras indígenas), três desistiram do Ciclo antes do ingresso na graduação e duas reprovaram por insuficiência de desempenho após permanecerem dois anos no Ciclo. Fundamental considerar que cada estudante do Ciclo passou por um processo de avaliação sistemático e dialógico, o que diferencia das demais experiências de permanência de outras IES estaduais do Paraná, possibilitando, inclusive, analisar sobre as opções que eles podem buscar para permanecerem na UEL ou buscarem outras IES, dependendo das condições objetivas e subjetivas que possuem na relação com sua família e comunidade.

Cabe destacar ainda que o impacto das ações do Ciclo pode ser evidenciado pela comparação dos dados de evasão de alunos indígenas antes e depois da implantação dessa experiência. Dos 42 alunos matriculados no Ciclo, apenas seis alunos desistiram dos cursos de graduação após passarem pelo Ciclo Intercultural, reduzida a evasão de indígenas na UEL de 51,8% (de 2002 a 2013) para 14% após a implantação dessa experiência. Os três desistentes de suas vagas ainda no período do Ciclo, após intenso processo de acompanhamento individual, avaliaram com a equipe pedagógica que não seria a educação superior a sua melhor opção formativa, buscando outras opções de escolarização.

A experiência do Ciclo tem se evidenciado numa referência importante para qualificar a permanência dos estudantes indígenas na UEL, fortalecendo o seu pertencimento acadêmico e étnico-comunitário (AMARAL, 2010). Constata-se um intenso processo de articulação coletiva entre os acadêmicos na medida em que passam a se conhecer e a dialogar mais na esfera do Ciclo, ampliando as possibilidades de organização estudantil indígena na UEL. Desde o ano de 2019, estes estudantes criaram a Articulação dos Estudantes Indígenas da UEL (ARTEIN) sendo uma organização própria e de referência para eles. Tal processo de organização tem possibilitado intercâmbios sobre o cotidiano acadêmico, as dificuldades existentes e a superação de preconceitos que ainda se manifestam. Observa-se ainda o envolvimento dos estudantes indígenas em atividades de pesquisa e de extensão, atuando como bolsistas em vários projetos dessa natureza.

A importância do Ciclo refere-se também ao fato de que tem, ao longo destes seis anos de existência, contribuído para a valorização da presença dos conhecimentos indígenas na universidade, assim como sua articulação com os conhecimentos usualmente considerados do campo científico e acadêmico. Sendo assim, colabora para que a presença indígena seja considerada uma riqueza e não um ônus para a instituição.

Para além da visibilidade indígena afirmativa promovida no interior da UEL e do fortalecimento dos acadêmicos indígenas que se encontram na UEL, bem como dos que optaram pela sua transferência para outra IES estadual do Paraná, além da visibilidade da experiência desenvolvida em diversos espaços acadêmicos (eventos científicos, publicação em periódicos e livros), faz-se necessária a estruturação administrativa e pedagógica do Ciclo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

LEGISLAÇÃO BÁSICA

Item
n.º 03

Legislação referente ao Curso (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos, LDB e outras).

Constituição Federal Brasileira de 1988;

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996;

Lei Estadual nº 13.134/2001, garante três vagas suplementares para indígenas nas universidades estaduais do Paraná, modificada pela Lei Estadual n.14.995/2006, que amplia para seis vagas suplementares para indígenas nas universidades estaduais do Paraná;

Lei Estadual n. 14.453/2004, dispõe sobre a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências;

Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 169 de 1989, sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, ratificada pelo Estado brasileiro por meio do Decreto nº 5.051/2004, compreendendo fundamental a participação efetiva de representantes indígenas em instâncias colegiadas consultivas e/ou deliberativas de políticas públicas que, de maneira direta ou indireta, os afetem;

Lei Estadual n. 15.759/2007, autoriza o poder executivo a regulamentar a concessão de bolsa-auxílio aos estudantes indígenas que tiverem seu ingresso nas universidades públicas estaduais do Paraná;

Resolução Conjunta SETI/UEL/UEM/UEPG/UNIOESTE/UNICENTRO/UNESPAR/UENP/UFPR nº 006/2007, instituiu a Comissão Universidade para os Índios (CUIA), em caráter permanente e interinstitucional, com a finalidade de viabilizar aos membros das comunidades indígenas, o acesso, permanência e conclusão nos cursos de graduação nas Universidades Públicas, sediadas no Estado do Paraná;

Lei nº 12.416/2011 - dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas no país

Resolução Conjunta SETI/Universidades Estaduais do Paraná nº 35/2001;

Lei Federal nº 12.711/2012, dispõe sobre reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio

Resolução SETI n. 23/2016, atribui à Coordenação do Programa Auxílio Permanência para Estudantes Indígenas à Coordenação do Ensino Superior – CES.

Documento Final da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe, Córdoba, Argentina, 14 de junho de 2018;

Resolução CEPE/CA-UEL n. 004/2009 regulamentando o acesso e a permanência, nos cursos de graduação, de estudantes indígenas contemplados com a reserva de vagas no âmbito da UEL;

Resolução CEPE/CA n. 133/2013, cria o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para os Estudantes Indígenas da UEL, sendo posteriormente adequada pela Deliberação da Câmara de Graduação n. 033/2014.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**OBJETIVOS DO CURSO
(objetivo geral e objetivos específicos)**

Item
n.º 04

Gerais

Promover formação acadêmica ampla e intercultural dos estudantes indígenas ingressantes na UEL, por meio de práticas educativas interdisciplinares e contribuir para a afirmação, respeito e visibilidade da presença indígena no ambiente acadêmico.

Potencializar o pertencimento acadêmico e fortalecer o pertencimento étnico-comunitário dos estudantes indígenas na universidade, contribuindo para os processos de interculturalização do ambiente acadêmico.

Específicos

- 1- Potencializar as habilidades para interpretar, analisar, explicar e comunicar conteúdos de diferentes áreas do conhecimento por meio da proposição, interpretação e resolução de problemas de diferentes situações.
- 2- Possibilitar o pleno exercício da oralidade e da produção da escrita acadêmica, bem como da leitura efetiva de textos de diferentes gêneros em língua portuguesa.
- 3- Desenvolver e aprofundar as reflexões críticas sobre bilinguismo, interculturalidade crítica e

educação superior.

- 4- Fortalecer aspectos da identidade étnica e comunitária dos estudantes indígenas por meio de atividades junto às suas comunidades de pertencimento.
- 5- Compreender a dinâmica universitária e o papel da universidade junto aos povos indígenas fortalecendo a presença dos estudantes indígenas nos cursos de graduação e na comunidade acadêmica da UEL.
- 6- Colaborar para o desenvolvimento da reflexão crítica, da criatividade e do protagonismo indígena em todo o espaço universitário.
- 7- Propiciar condições para a escolha consciente e crítica do curso de graduação desejado pelos estudantes indígenas, possibilitando sua interação com os respectivos colegiados de curso, membros da CUIA/UEL e centros acadêmicos.
- 8- Apoiar e contribuir para o fortalecimento dos coletivos estudantis indígenas por meio do envolvimento constante deles nas atividades do Ciclo.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

PERFIL ACADÊMICO ALMEJADO

Item
n.º 05

Considerando que o objetivo central deste curso se localiza na formação acadêmica, cultural e política dos estudantes indígenas, fortalecendo, além do seu pertencimento étnico-comunitário, o desenvolvimento educacional nas áreas básicas do conhecimento com vistas ao pleno desempenho acadêmico universitário, o curso tem como alvo a formação de estudantes que desenvolvam os seguintes saberes:

- comunicação oral e escrita para o exercício de atividades acadêmicas;
- leitura e interpretação de discursos de várias naturezas, gêneros e conteúdos;
- análise, interpretação e resolução de problemas quantitativos e qualitativos;
- iniciação à pesquisa e ao sentido da investigação voltada à temática indígena e/ou de temas de seu interesse e da sua comunidade de pertencimento;
- compreensão das dinâmicas do ambiente acadêmico com vistas a problematizá-lo e a interculturalizá-lo;
- articulação dos conhecimentos tradicionais de suas comunidades de pertencimento com os conhecimentos acadêmicos;
- reflexão sobre o papel e atuação do estudante como protagonista da própria formação universitária e das responsabilidades sociais às quais está incumbido pela sua condição de estudante indígena.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Item
n.º 06

A presença de acadêmicos indígenas na UEL e nas demais IES públicas do Paraná, do país e da América Latina é um fenômeno recente e revela as conquistas das organizações e movimentos indígenas nos últimos vinte anos quanto à ampliação da oferta do ensino fundamental nas terras indígenas, por meio da criação e manutenção das escolas indígenas, e do ensino médio. O reconhecimento da Educação Escolar Indígena como modalidade específica da educação básica e sua progressiva institucionalização nos Sistemas Públicos de Ensino provoca o atendimento da demanda de jovens e adultos indígenas concluintes do ensino médio e candidatos à educação superior. O desafio, contudo, se apresenta na possibilidade de estender os princípios e diretrizes da Educação Escolar Indígena, construídos coletivamente com os diferentes povos indígenas do país, para o ambiente acadêmico (AMARAL, 2010).

Esse desafio se amplia quando consideramos várias questões decisivas que ainda não estão devidamente equacionadas. Além das dificuldades econômicas vivenciadas pelos estudantes indígenas, constata-se que um dos principais motivos da evasão na educação superior refere-se às dificuldades pedagógicas diárias, dadas às exigências acadêmicas na graduação, associadas às inúmeras formas de preconceito vivenciadas no ambiente universitário. Tais dificuldades são decorrentes também dos limites na escolarização básica desses estudantes, o que prejudica o acompanhamento nas atividades acadêmicas cotidianas e, por consequência, gera fragilidades e desmotivação na sua permanência, reafirmando os preconceitos com os quais se deparam na universidade (PAULINO, 2008; AMARAL, 2010; ALVES, 2016; AMARAL, 2016).

A proposta do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas sinaliza a possibilidade de uma efetiva ação interdisciplinar da equipe de docentes, estudantes não indígenas e estudantes indígenas que vem sendo mobilizados e articulados pela CUIA/UEL e pelo Programa de Formação Intercultural, vinculados a cursos de graduação e de pós-graduação de diferentes áreas de conhecimento. Essa equipe potencializará o desenvolvimento de ações formativas significativas que venham a avançar na construção de uma identidade interdisciplinar, intercultural e sistêmica para o trabalho junto aos estudantes indígenas na UEL, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como mediações e diálogos com sujeitos e realidades das diferentes terras indígenas no Paraná.

Possibilitará, também, a aproximação e o diálogo permanentes entre as políticas afirmativas nesta Universidade, como as políticas de cotas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas e a de vagas suplementares para estudantes indígenas. Essa articulação contribui para maior visibilidade aos sujeitos atendidos por essas políticas, bem como do seu impacto social. Destacamos a importância da articulação das ações do Ciclo Intercultural com outras iniciativas de apoio à permanência dos estudantes indígenas não somente nesta etapa de iniciação, mas também ao longo de todo o percurso acadêmico, tanto nos cursos de graduação escolhidos como na pós-graduação.

O curso está fundamentado nos seguintes princípios político-pedagógicos:

- Concepção político-pedagógica crítica, dialógica, emancipadora e reflexiva;
- Protagonismo estudantil indígena;
- Etnoconhecimento, epistemologias e autorias indígenas;
- Interdisciplinaridade na produção do conhecimento e aprendizagem significativa;
- Valorização do bilinguismo;
- Interculturalidade crítica e decolonial.

Na concepção político-pedagógica, nos fundamentamos nas ideias de Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1981). Freire nos alerta sobre os riscos nocivos da “educação bancária”, na qual o estudante é um depositário inerte de conhecimentos que lhe são transmitidos para torná-lo um reprodutor mecânico e desprovido de consciência crítica. Nesse sentido, propõe-se uma educação dialógica, intercultural, reflexiva e emancipadora. Na reivindicação por uma pedagogia crítica, antagônica à educação bancária, que verticaliza o processo educacional, Freire declara que somente uma prática que cria condições para que os sujeitos sejam conscientes de suas relações no/com o mundo e das condições concretas da sua realidade, pessoal e comunitária, e que possam ativamente interferir nelas, está política e eticamente alinhada com a emancipação dos povos historicamente oprimidos e com a construção de relações mais justas. Portanto, uma educação para a autonomia está alinhada com este projeto.

A autonomia pressupõe, nesse sentido, também, o protagonismo estudantil indígena, que apenas é possível em um ambiente em que os próprios estudantes indígenas possam construir suas relações identitárias, de luta e de comunidade. Estar na Universidade significa não apenas habitar um espaço arquitetado por não indígenas, mas transformá-lo, construindo redes de fortalecimento, de reconhecimento da própria história e de reivindicação pela garantia de seus direitos.

O exercício do protagonismo estudantil indígena corrobora para o movimento de subversão de uma lógica estabelecida desde o início da colonização: a história contada pela perspectiva de quem não a viveu, ou seja, esse protagonismo deve ser alicerçado nas possibilidades, ferramentas e movimentos

para que os indígenas e suas comunidades contem suas próprias histórias, além da valorização de seus saberes, cosmologias e trajetórias na Universidade e todos os seus desdobramentos. Esse processo ocorre pela criação de condições e de espaços que possibilitem, de maneira efetiva, essas ações.

As comunidades tradicionais são povos que, historicamente, têm sua subjetividade e modos de vida negados pelas imposições e reverberações da colonialidade. Esse processo não é, porém, passivamente assistido, sendo, pelo contrário, resistido ativamente. Nesse sentido, se faz necessário um projeto político-pedagógico que considere o etnoconhecimento, as epistemologias e autorias indígenas como orientadores do processo de aprendizagem.

O termo etnoconhecimento refere-se a conhecimentos milenares relacionados a cosmologias dos povos originários do território que hoje chamamos Brasil. Não obstante a convergência de povos constituir a nação brasileira, é necessário considerar que a história é contada a partir do ponto de vista hegemônico do colonizador. O resultado de séculos de cultivo da visão eurocêntrica persiste e atua tentando reduzir a diversidade cultural, em uma perspectiva euroamericanizada, sendo esta a única e legítima origem dos significados. A partir dessa visão, naturalizam-se as relações de hierarquia e poder, que sustentam a Europa em posição hegemônica como algo inevitável, “normal” e “verdadeiro”. O discurso hegemônico constrói, como seu efeito, o subalterno, um não pode existir sem o outro. Sobre o poder hegemônico, Quijano (2005, p. 121) discorre:

Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.

Muitas estratégias de sobrevivência e resistência foram observadas nessa cruzada dos povos originários desde a colonização até a atualidade. Ailton Krenak ressalta a criatividade e o modo muito próprio de ver o mundo que marcaram todo esse período. “A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade” (2019, p. 28). Para o pensador indígena Krenak, a principal característica dessa resistência é que historicamente os indígenas não atuam simplesmente como indivíduos, mas como “pessoas coletivas”, como “células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo” (KRENAK, 2019, p. 28).

Para Gersem Luciano Baniwa “[...] a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual” (LUCIANO, 2006, p. 31). Nesse sentido, a exotização e os estereótipos dos indígenas como primitivos influenciam a própria autopercepção desses povos, muitas vezes obrigados a negar suas

culturas e identidades originárias para sobreviver às imposições da sociedade colonial. Este suposto atraso passa pela desqualificação de seus múltiplos saberes, ciências, artes, literaturas, poesias, músicas, espiritualidades e línguas. Devido a essa condição “naturalmente” inferior e de incapacidade, o índio é convertido, segundo Jesús Martín-Barbero, “no que há de irreconciliável com a modernidade e hoje privado de existência positiva” (BARBERO, 2015, p. 263).

Segundo Gersem Luciano Baniwa,

[...] quando estamos falando de identidade indígena não estamos dizendo que exista uma identidade genérica de fato, estamos falando de uma identidade política simbólica que articula, visibiliza e acentua as identidades étnicas de fato, ou seja, as que são específicas, como a identidade Baniwa, a Guarani, a Terena, a Yanomani, e assim por diante (LUCIANO, 2006, p. 40).

Portanto, ao falar sobre os povos indígenas brasileiros, estamos falando de um termo que abrange múltiplas culturas, crenças, línguas, moradas, situações históricas e variadas formas de contato interétnico com populações indígenas e não indígenas. Gersem Luciano Baniwa, também reflete sobre o sentido da cidadania indígena brasileira e considera que é necessário superar a noção limitada e etnocêntrica pela qual o conceito é compreendido. Ou seja, a cidadania do indígena não pode consistir em direitos e deveres comuns a indivíduos que partilham os mesmos símbolos e valores nacionais. Apesar de reconhecer que os indígenas carregam o sentimento de brasilidade porque constituem parte importante do processo histórico nacional, suas línguas, símbolos, estrutura social, política e jurídica não são exatamente iguais ao da sociedade majoritária, e não deveriam precisar ser:

[...] a cidadania é desejada, pois necessitam do amparo das leis do país para reivindicar seus direitos à terra, à saúde, à educação, à cultura, à autossustentação [...]. No interior das comunidades indígenas, por exemplo, a Carteira de Identidade ou o CPF são absolutamente desnecessários, mas tornam-se imprescindíveis quando lidam com a sociedade nacional. Neste sentido, podemos afirmar que a cidadania é um recurso apropriado pelos povos indígenas para garantir seu espaço de sobrevivência em meio à sociedade majoritária (LUCIANO, 2006, p.88-89).

Um dos direitos desta cidadania específica, seria o direito à própria identidade e seus conhecimentos específicos com a valorização das culturas indígenas que “[...] possibilitaram uma nova consciência étnica dos povos indígenas do Brasil. Ser índio transformou-se em sinônimo de orgulho identitário” (LUCIANO, 2006, p.38). Culturas e tradições que foram abdicadas diante da opressão e inferiorização frente a necessidade de “se tornar gente civilizada” para garantir suas vidas e o futuro de seus filhos, mas agora podem ser gradativamente resgatadas, revalorizadas e revividas.

Terras tradicionais estão sendo reivindicadas, reapropriadas ou reocupadas pelos verdadeiros donos originários. Línguas vêm sendo reaprendidas e praticadas na aldeia, na escola e nas cidades. Rituais e cerimônias tradicionais há muito tempo não praticados estão voltando a fazer parte da vida cotidiana dos povos indígenas nas aldeias ou nas grandes cidades brasileiras (LUCIANO, 2006, p.39).

No que se refere à interculturalidade crítica, Walsh (2019) nos convida executar uma outra forma de pensar para aprendermos a desaprender práticas científicas colonizadoras que reforçam assimetrias na produção do conhecimento. Para a autora “o conhecimento não se produz sozinho na academia, mas também na prática social, política e cultural; nos espaços não só individuais, mas também comunitários, coletivos e intergeracionais, e para fins que nem sempre apontam para ‘a ciência’, mas para ‘as ciências’ através da existência da vida”. Articulando o que chama de “pedagogias decoloniais” a autora procura formular as metodologias produzidas em contextos de luta, marginalização, resistência, ou seja, um conjunto de práticas, estratégias e metodologias com as quais se fortalece a construção das resistências e das insurgências.

A proposta em questão, de uma articulação com o que se entende por “pedagogias decoloniais” ou, ainda, com o projeto decolonial, de forma mais ampla, responde a necessidade de reconhecer os processos hegemônicos que produziram as estruturas do conhecimento que conferem privilégio epistêmico a certas formas de conhecer em detrimento de outras, formando os seres e conhecimentos legítimos e universais, e impõem ontologias e cosmologias aos considerados subalternizados. Se propõe, ainda, a dialogar com os movimentos que respondem resistentemente a essa lógica para questionar e subverter as estruturas de conhecimento que instauraram e mantêm a opressão.

Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade (BERNADINO-COSTA, MALDONADO-TORRES & GROSGOUEL, 2019)

Quando falamos de povos indígenas, as relações entre línguas e identidades manifestam a necessidade da edificação de políticas que garantam seus direitos linguísticos. Por isso, é preciso atentar aos discursos indígenas e seus múltiplos repertórios verbais em distintos contextos sociais e, à luz da interculturalidade, refletir sobre essa “(meta)linguagem”, que ultrapassa a concepção de simples comunicação.

Nesse sentido, o fortalecimento político, espiritual e acadêmico de estudantes indígenas carece, também, da legitimação da complexidade de seus vínculos linguísticos, sendo falantes ou não das línguas indígenas. Então, o trabalho de afirmação de uma identidade linguística, em contextos acadêmicos, deve ser feito em um trânsito intercultural, pois configura-se como uma atitude de resistência, de autoria e de autonomia.

Uma educação que se propõe a ser intercultural compreende epistemologias, cosmologias, experiências em educação que ultrapassam os muros da universidade. A opção metodológica desta

proposta se pauta na problematização, o que demanda atividades pedagógicas por métodos ativos de aprendizagem, tendo espaços diferenciados de aprendizagem como laboratórios, sala de aula, biblioteca, entre outros setores da universidade; territórios indígenas e demais espaços sociais; seleção de problemas que atendam aos interesses educativos e culturais dos estudantes; valorização dos conhecimentos prévios do estudante; relação teoria-prática indissociável e avaliação formativa/processual.

A presente proposta se fundamenta no compromisso social e institucional da Universidade Estadual de Londrina em acolher, acompanhar e formar estudantes indígenas pertencentes aos diferentes grupos étnicos que habitam o território paranaense.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

SISTEMA ACADÊMICO E PROPOSTA DE
SERIAÇÃO / SEMESTRALIZAÇÃO

Ítem
n.º 07

Os estudantes indígenas ingressantes anualmente na UEL deverão ser aprovados e classificados pelo Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, conforme previsto pela Lei Estadual n. 14.995/2006, pela Resolução Conjunta SETI/UEL/UEM/UEPG/UNIOESTE/UNICENTRO/UNESPAR/UENP/UFPR nº 006/2007 e pela Resolução CEPE/CA-UEL n. 004/2009.

Obtendo a classificação exigida para o ingresso, o estudante ingressará no curso Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas, com duração de um ano. A matrícula ficará amparada pelo sistema acadêmico na condição específica de estudante deste Curso com a denominação Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica.

A presente proposta se pauta no princípio da interdisciplinaridade, partindo de eixos temáticos orientadores, possibilitando o processo de ensino e aprendizagem em níveis crescentes de complexidade, sendo a elaboração das sequências de atividades definidas a partir dos conhecimentos a serem articulados ao longo dos eixos.

Eixo I – Território e Identidade

Processos de ocupação dos territórios e relações de poder. O território como espaço de memória e de fronteira étnica. Memória e esquecimento nos processos históricos. Marcas culturais, identidade e diferença. A história de vida como identidade socializada e marca de pertencimento. Bilinguismo e oralidade.

Eixo II – Etnoconhecimentos e Saúde Práticas, saberes, tecnologias e experiências de comunidades indígenas relativos à saúde. Sentido social e comunitário sobre saúde. Noções biomédicas da saúde e práticas de intermedialidade. Criticidade do reconhecimento social da biomedicina em relação ao acervo cultural indígena. Processos próprios de aprendizagem das tradições indígenas sobre o cuidado comunitário.

Eixo III – Protagonismo indígena e seus movimentos, lutas e organizações

Lutas, movimentos e organizações pela resistência e existência indígena. Marcos legais dos direitos indígenas. Direito ao território, relação com a natureza e modos de produção e reprodução de suas vidas e culturas. Busca por reparação e restituição dos direitos usurpados durante e depois do colonialismo.

Eixo IV – Cotidiano Acadêmico

A vida acadêmica como exercício de pesquisa, conhecimento e protagonismo estudantil indígena. Aplicação dos conceitos discutidos nos eixos anteriores tendo em vista o diálogo entre o dia a dia da universidade e os modos de vida nas terras indígenas.

As atividades acadêmicas serão distribuídas em cinco componentes curriculares, cada um com 120 horas aula.

MATRIZ CURRICULAR

Código	Nome	Oferta	Carga horária			
			Teórica	Prática	Teór./Prát.	Total
6LET801	Língua Portuguesa	A	120	0	0	120
6BIO801	Ciências da Natureza	A	120	0	0	120
6MAT801	Matemática	A	120	0	0	120
6CIA801	Seminários Interculturais	A	0	0	120	120
6CIA802	Práticas Interculturais	A	0	0	120	120
	Total		360	0	240	600

A - Anual

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

Item
n.º 09

1. Denominação da atividade acadêmica:

Língua Portuguesa

Forma de Oferta: Anual Semestral Bloco

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa Especial

Atividade acadêmica de forma semipresencial (Res. CEPE nº 03/09): sim* não

Carga Horária da Atividade:	Teórica	Prática	Teórico/ Prática	Semipresencial	Total
	120				120

Ementa

Compreensão da língua como identidade cultural e comunicação discursiva situada no contexto histórico. Exercício da gramática e do discurso em produção textual e na formação do leitor, Conhecimento e uso da língua – competência linguística e performance, tanto na oralidade, quanto na escrita acadêmica.

A questão da oralidade nas culturas indígenas – as línguas ágrafas.

Narrativa – a oralidade e a narrativa nas tradições culturais, história e relatos de identidade.

Variantes linguísticas e as formas de conhecimento: o discurso da oralidade na variante familiar e no discurso acadêmico.

O léxico e a identidade cultural.

Mecanismos de coesão na oralidade - coesão referencial, referencialização, o verbo, o advérbio e o tempo.

A escrita e a ciência – gramática normativa e descritiva.

A norma padrão e o discurso científico.

O texto dissertativo na ciência – a argumentação.

Mecanismos de coesão no texto dissertativo – coesão sequencial, tematização e operadores argumentativos.

Produção de trabalho de pesquisa científica por meios eletrônicos e em bibliotecas.

A Gramática e o Dicionário como fonte de conhecimento científico da língua – as gramáticas das línguas indígenas.

Produção de textos científicos em meios eletrônicos e gráficos.

Discurso científico e as regras da ABNT.

Gêneros acadêmicos.

Língua e Poder.

Discussão sobre a construção do ethos dos povos indígenas pela literatura brasileira – debate interdisciplinar.

Elaboração de minimonografia interdisciplinar.

Os conteúdos relacionados serão planejados e abordados de forma interdisciplinar considerando os eixos temáticos bimestrais, conforme planejamento dos docentes e da coordenação do curso.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

Item
n.º 09

1. Denominação da atividade acadêmica:

Ciências da Natureza

Forma de Oferta: Anual Semestral Bloco

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa Especial

Atividade acadêmica de forma semipresencial (Res. CEPE nº 03/09): sim* não

Carga Horária da Atividade:	Teórica	Prática	Teórico/ Prática	Semipresencial	Total
	120				120

Ementa

Os níveis de organização dos seres vivos. O conceito de espécie biológica. Os ecossistemas. Origem da vida. Distintas perspectivas de Saúde e doenças. Parasitoses. Doenças na sociedade contemporânea. Os biomas brasileiros. Poluição. Aquecimento global. Preservação e Conservação da Flora e Fauna e suas relações histórico-sociais.

Eixo I - Território e Identidade

Níveis de Organização dos Seres Vivos: da célula ao organismo, do organismo ao ecossistema.

As relações abióticas e biótica entre o organismo e o ecossistema.

O conceito de espécie biológica e o processo de manutenção e perpetuação da vida.

Eixo II - Etnoconhecimentos e Saúde

Origem da vida e os aspectos físicos, químicos e geológicos da atmosfera primitiva.

Conceitos de saúde e bem-estar social.

Políticas públicas de manutenção e preservação da saúde.

Eixo III - Protagonismo indígena e seus movimentos, lutas e organizações

As doenças causadas por microrganismos e vermes: ciclo biológico, sintomas e profilaxia.
Doenças da sociedade contemporânea: causas, efeitos e medidas preventivas.
Os biomas brasileiros: campos, cerrados, pantanal, mata atlântica, restinga dunas, caatinga e floresta amazônica.
Eixo IV - Cotidiano acadêmico
Poluição do ar, águas e solo: causas e efeitos
Aquecimento global: causas e efeitos
Conservação e Preservação da Flora e fauna: relações entre meio ambiente e a diversidade de seres vivos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

Item
n.º 09

2. Denominação da atividade acadêmica:

Matemática

Forma de Oferta: Anual Semestral Bloco

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa Especial

Atividade acadêmica de forma semipresencial (Res. CEPE nº 03/09): sim* não

Carga Horária da Atividade:	Teórica	Prática	Teórico/ Prática	Semipresencial	Total
	120				120

Ementa

Matemática como um sistema de linguagem. Abordagem de ideias de equivalência, de proporcionalidade, de interdependência, de variação, de aproximação em resolução de problemas.

Eixo I - Terra e Identidade

As ideias matemáticas discutidas oralmente. A compreensão dos símbolos matemáticos.

Padrões, Regularidades e Generalização - a linguagem algébrica. Equações. Razão e Proporção, Operações em vários campos numéricos.

Eixo II - Etnoconhecimentos e Saúde

A importância da Matemática para as outras Ciências e para a Saúde. Porcentagem. O estudo das

Funções.

Eixo III - Protagonismo indígena e seus movimentos, lutas e organizações

A leitura e a interpretação das informações. Gráficos e tabelas.

Educação Financeira - Matemática | Financeira.

Eixo IV - Cotidiano acadêmico

As Geometrias Plana e Espacial. Estudos das Medidas. Estudo de Grafismos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

Item
n.º 09

3. Denominação da atividade acadêmica:

Seminários Interculturais

Forma de Oferta: Anual Semestral Bloco

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa Especial

Atividade acadêmica de forma semipresencial (Res. CEPE nº 03/09): sim* não

Carga Horária da Atividade:	Teórica	Prática	Teórico/ Prática	Semipresencial	Total
			120		120

Ementa

Relatos e rodas de conversa com convidados. Pesquisadores, ativistas, lideranças e pensadores indígenas e não indígenas que atuam com questões relacionadas aos eixos: Território e Identidade, Etnoconhecimentos e Saúde, Protagonismo indígena e seus movimentos, lutas e organizações, Cotidiano Acadêmico.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EMENTÁRIO

Item
n.º 09

4. Denominação da atividade acadêmica:

Práticas Interculturais

Forma de Oferta: Anual Semestral Bloco

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa Especial

Atividade acadêmica de forma semipresencial (Res. CEPE nº 03/09): sim* não

Carga Horária da Atividade:	Teórica	Prática	Teórico/ Prática	Semipresencial	Total
			120		120

Ementa

Visitas técnicas e experiências interculturais in loco, relacionadas aos eixos: Território e Identidade, Etnoconhecimentos e Saúde, Protagonismo indígena e seus movimentos, lutas e organizações, Cotidiano Acadêmico. Espaços dos Territórios Indígenas, da universidade e da cidade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Item n.º 09
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	
SISTEMA DE AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO	

Apresentar:

- os tipos de instrumentos de avaliação tais como: provas escritas, orais ou práticas; com consulta ou sem; trabalhos coletivos ou individuais; seminários; outros instrumentos específicos para serem aplicados no curso;
- a forma de avaliação dos instrumentos, como por exemplo: estudo de caso; situações-problema; reflexões teórico-práticas; produção/reprodução do conhecimento;
- os critérios de avaliação, tais como: coerência da argumentação; correção de conceitos e de registros; relação entre conhecimento teórico e prático; outros característicos da área de conhecimento do curso;
- definições sobre exame final, regime de dependência, condições para a promoção ou retenção.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes matriculados está baseada no processo qualitativo do aprendizado. Assim, essa avaliação terá caráter formativo, com verificações contínuas, sistemáticas e processuais, privilegiando a inclusão e a participação do estudante nesse processo.

A avaliação do aproveitamento escolar será feita por bimestre, por meio da utilização de diversas técnicas e instrumentos: prova escrita e prova oral, estudo de caso, relatórios, seminários e outras formas de avaliação elaboradas pelos professores.

Ao estudante com dificuldades no desenvolvimento das atividades propostas serão ofertadas alternativas de recuperação da aprendizagem no decorrer das atividades. A avaliação contínua e a discussão dos resultados obtidos com os estudantes durante os processos avaliativos servirão para encaminhar a recuperação integrada às dinâmicas bimestrais.

A avaliação será dada numa escala numérica de 0 a 10, sendo aprovado o estudante que atingir a nota/ média 6,0 (seis).

A frequência a quaisquer atividades acadêmicas constitui aspecto obrigatório para a

aprovação do estudante. É necessário o cumprimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência. É vedado o abono de faltas. O estudante que não alcançar a frequência mínima na disciplina será reprovado.

A promoção deve ocorrer após o aluno cursar presencialmente e sequencialmente os quatro bimestres do Curso e alcançar aproveitamento satisfatório em todos eles. O estudante que não atingir o desempenho mínimo exigido obterá reprovação, podendo matricular-se novamente apenas mais uma vez no Ciclo. Caso ainda assim o estudante não alcance o desempenho mínimo exigido, na segunda oportunidade, perderá sua vaga na UEL. O estudante, desde que aprovado no Ciclo, será matriculado no curso de graduação escolhido.

REFERÊNCIAS

ALVES, Roseli. (2016). **O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica para estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina**, Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas), Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Maringá, 2016.

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

AMARAL, W. R. Indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos, trajetórias e pertencimentos. In: AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C.; (org). **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016.

BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón. Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 9-26. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para uma política nacional de educação escolar indígena**. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Documento Orientador**. Brasília, 2008.

CAJUEIRO, Rodrigo C. **Os povos indígenas em instituições de ensino superior públicas federais e estaduais do Brasil: levantamento provisório de ações afirmativas e de licenciaturas interculturais**. Disponível em: <http://www.laced.mn.ufrj.br>. Acesso em: 25 out. 2007.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GUERRA, Maria J.; AMARAL, Wagner R.; OTA, Maria I. N.. A experiência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas na UEL, In: AMARAL, W.R. e L. FRAGA e I. C. RODRIGUES (org), **Universidade para indígenas: a experiência do Paraná**, Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP. 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PAULINO, Marcos M. **Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PIRES, Magna N. M.; AMARAL, Wagner R.; KUBOYAMA, Jean C. A. S.. O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica em uma Universidade Estadual do Paraná: o fortalecimento dos indígenas na educação superior em uma experiência com a Educação Matemática. **Zetetiké (On line)**, v. 26, p. 240-257, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

TERENA, Marcos. O futuro das populações indígenas na sociedade brasileira. In: RATTNER, Henrique. Org. **Brasil no limiar do século XXI: as alternativas para a construção de uma sociedade sustentável.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Projeto Pedagógico Institucional 2010-2015. Londrina, 2010.

WALSH, Catherine. Aprender, desaprender y reaprender, junto a los movimientos sociales. In: **Pluralidades.** Revista para el debate intercultural. Vol. 5-6, Ministério de Cultura, Puno/Peru, Julio, 2017, p. 43-64.